



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 31 DE AGOSTO DE 2023

Aos trinta e hum dias de agosto de 2023, às 19h30, no Salão de Reuniões da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial – CSPIR, conforme publicação e chamamento publicado no DOM N° 13.162 de 30 de agosto de 2023; pag.4, estiveram presentes para a 7ª Reunião Ordinária do CDPCNC os/as seguintes Conselheiras, Conselheiros membros(as) da Executiva: **Moacyr Barra Grande Filho** (Presidente), **Marcela Regina Miguel Reis** (Vice-Presidenta), **Sergio Max Almeida Prado** (CSPIR), **Marcelo de Rezende Bento** (Secretário Executivo), dezessete (18) representantes das entidades da Sociedade Civil e do Poder Público que compõem o CDPCNC e uma (1) pessoa convidada, sendo ela: **Flávio Rodrigo Pereira Rosa (SINDAE)**, conforme lista de presença assinada e chamada de presença feita por **Marcelo de Rezende Bento** (Secretário Executivo), que aconteceu às **19h32**. O Sr. **Presidente**, abriu a reunião agradecendo e dando as Boas-vindas a cada pessoa, ressaltando a importância da nossa participação e acolheu a pessoa convidada, após solicitou um carinho especial para as agendas de atividades do CDPCNC, reafirmando a importância da participação das pessoas membras nas reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho, que nas ausências das pessoas titulares é importante a substituição pelas pessoas suplentes conforme **Regimento Interno**.

Na sequência eu, **Marcelo de Rezende Bento** (Secretário Executivo), apresentei as justificativas de ausências das pessoas conselheiras representantes das entidades: **Luis Carlos do Nascimento** (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer), **David Sousa Rosa** (Instituto Baobá de Cultura e Arte – IBAÔ); **José Grimaldop Coelho** (UNEGRO); **Talles Jordane Almeida Oliveira** (Secretaria Municipal de Justiça); **Everson Jesus Moreira – Belo** (Educafro); Após constatar a presença de treze (13) entidades que compõem o CDPCNC, atingindo o “**QUORUM**” regimental para a realização da 7ª Reunião Ordinária presencial de 2023, conforme descrição: 1) **Gabinete do Prefeito: José Carlos Bernardi**; 2) **Secretaria Municipal de Educação: Mônica Aparecida Queiroz, Viviane Miranda Lino**; 3) **Secretaria Municipal de Cultura: Cintia Cristiane Pereira (Dandewara)**; 4) **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: Daniela Farias Scarassatti**; 5) **Secretaria de Assistência Social, Pessoa Com Deficiência Direitos Humanos: Sérgio Max Almeida Prado, Marcelo de Rezende Bento**; 6) **Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP: Maria Teresa Pedrosa Silva Clerici**; 7) **Associação Atlética Ponte Preta: Lucimara Ferreira de Sousa**; 8) **Escola Nacional de Negócios (REAFRO): Fabiana Ap. Brito Ernane, Jorge Luiz Leva**; 9) **Reakise Music Art: Marcela Regina Miguel Reis e Daniel Luis Alves – Ciro**; 10) **Ilê Asé Adakedajó Omi Aladó: Moacyr Barra Grande Filho**; 11) **Terreiro da Benedita do Congo: Andre Luiz Carvalho de Camargo, Valeria Rachid Otavio**; 12) **Pastoral Afro Comunidade São Joaquim e Sant`Ana: Edna Aparecida Beatto**; 13) **Sindicato dos Trabalhadores na indústria da Purificação e Distribuição de Águas em Serviço de Esgoto de Campinas e Região – SINDAE: Edivaldo Barroso da Silva**.



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS**

Imediatamente após a chamada o **Secretário Executivo**, informou que com **11 entidades** o quorum regimental não foi atingido, no momento do comunicado das ausências duas (2) entidades chegaram: REAKISE (**Marcela Regina Miguel Reis e Daniel Luis Alves –** **Ciro**); e REAFRO (**Fabiana Ap. Brito Ernane, Jorge Luiz Leva**); colocada pela mesa para a plenária acolher ou não a indicação do **Sr. Presidente**, pela realização da reunião, uma vez que com a presença destas duas entidades o quorum regimental para a realização da reunião ordinária foi atingido. **Houve acordo unânime**. Após foi feita a leitura da Ordem do Dia e do Expediente. Informei que a Executiva recebeu a solicitação de desligamento de 3 (três) pessoas membras do Conselho: Se desligou a pedido da entidade **Ilê Asé Adakedajó Omi Aladó**: Tayná Victória de Lima Mesquita, substituída por **Nathassia Kiolla de Jesus Bezerra**; da entidade **Escola Nacional de Negócios – REAFRO**: Marina Fernandes de Souza, substituída por **Mariana Regina Nunes Campos**; da entidade **Reakise Music Art**: Tiago Oliveira de Souza (Jords), substituído por Daniel Luis Alves (**Ciro**); do poder público **Secretaria Municipal de Saúde**: Carlos Roberto de Oliveira Sauer, foi desligado, mas a pessoa substituta ainda não foi indicada. Após o **Sr. Presidente**, deu alguns informes e leu a solicitação feita pelo Sr. Valdir, onde pede uma reunião extraordinária para tratar de três (3) assuntos: **1. Oficialização e reestruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa. 2. Estruturação e mudanças relacionadas ao Museu da Paz e Centro de Educação, Memória, Estudo e Cultura Afro Brasileira. 3. Plano Municipal de Igualdade Racial – Avaliação e continuidade**. Antes de solicitar a participação do pleno, explicou que todos os temas estão documentados, encaminhados e em execução. **Houve inscrições para fala**: A mesa definiu 3 minutos para cada fala. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); disse que tem acordo com a solicitação feita pelo documento apresentado, se eles estão pedindo informações é porque não está chegando do outro lado, talvez essa reunião não tenha que ser extraordinária, mas que se tenha uma reunião presencial para pensarmos em conjunto como a gente faz chegar se é que está acontecendo tudo isso, e se não está acontecendo como vamos fazer acontecer, por isso tenho acordo com eles. Inclusive tenho outras questões que quero deixar aqui para a gente refletir em conjunto o que sinto, é importante ouvi-los e apresentar o que foi feito. Sinto falta do retorno, algumas coisas são levantadas e debatidas entre as pessoas conselheiras, mas quem está fora do conselho não fica sabendo, por isso tenho acordo com a solicitação, e acho importante que façamos uma reunião aberta convidando o máximo de pessoas possível para debater esses temas. O **Sr. Presidente**; perguntou, você acha que na próxima reunião podemos debater esse documento? Você acha uma reunião suficiente? O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); **respondeu**, em minha opinião, conforme o senhor disse: já tem muitas coisas acontecendo e encaminhadas sobre a solicitação, que já refletimos sobre isso, então é chamar as pessoas e apresentar o que já tem, agora se não tem é outra história, eu tenho interesse em entender isso e outros pontos. A conselheira **Mônica Aparecida Queiroz**; disse que não tem acordo com a realização de uma reunião extraordinária conforme solicitação, que não estaria presente em uma reunião exclusiva para atender essa solicitação, por achar que essas pessoas não agregam, não ajudam, concordo com a fala do **conselheiro** **Ciro** de conferir publicidade a tudo, mas acho que essa ação acontece através das pessoas representantes das entidades presentes. Vamos dar o retorno do Plano Municipal, por



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS**

exemplo, falamos sobre ele, os representantes das entidades tem também a responsabilidade de levar para a sua entidade. Precisamos saber o nosso papel no conselho, trazemos demandas e anseios e levamos o retorno, podemos discutir aqui e levamos. Eu não viria em uma reunião só para tratar desses assuntos com essas pessoas, sou contra, mas se temos uma proposta de realizar uma ação ampla com outras pessoas e outros assuntos maravilha, mas prestar contas para os solicitantes sinceramente **sou contra**. A conselheira **Maria Teresa Pedrosa Silva Clerici**; pelo caminho da proposta a reunião será deliberativa, se será só consultiva para virem falar, etc e tal, porque uma reunião extraordinária pode não ter nenhuma ação, então precisamos ter um norte, se vai deliberar alguma coisa, se vai só conversar o que vai acontecer por que precisamos planejar. Precisamos tomar esse cuidado com o planejamento desta reunião. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; disse não saber qual é o processo que está tudo isso, uma vez que dar publicidade é um dos princípios da administração pública, é uma obrigação do poder publico, diante disto já vê uma falha, não sabe qual o processo e o que está acontecendo por haver uma omissão da publicidade destes atos, informou que esteve na Escuta Social chamada pelo Ministério Público, que notou que não houve uma sequência dos órgãos públicos provocados pelo MP, e que não houve de nós um questionamento, e isso é muito sério, se estamos nesta luta precisamos saber de fato o que acontece em nossas escolas em relação aos casos de racismos. Que por falta de informações tudo está muito complicado. A conselheira **Lucimara Ferreira de Sousa**; pontualmente falando sobre a extraordinária ou não, tem acordo com a posição da conselheira **Mônica Aparecida Queiroz**; podemos convidá-los na pessoa da Executiva para que eles acompanhem na próxima reunião, e com todas e todos presentes, que por conhecer cada um deles, que respeita muito o **Sr. Valdir**, que conheceu o **Machadinho** através dele e das histórias que conta com maestria, ele precisa ter voz, que o conselho é um lugar de acolhimento apesar do protocolo, precisamos entender isso, então precisamos convidá-los para uma devolutiva mais não em uma reunião exclusiva para eles. Novamente com a palavra, o conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); concorda com o colocado, precisamos entender que as pessoas negras ativistas e atuantes na cidade de Campinas merecem respeito, discordo em muito de formas como essas pessoas atuam, mas as respeito, pois quando comecei a me entender como uma pessoa negra, eram essas pessoas que estavam na luta; por isso, tem o meu respeito e não os vejo como problemáticos, os vejo como pessoas questionadores como muitos e muitas que estão nesta sala, isso é fundamental para que a gente colha frutos como o conselho da comunidade negra de Campinas. Outra coisa, para que serve o conselho da comunidade negra, para acolher as demandas da sociedade civil, não somos representantes de nós mesmos, a gente é representante que acolhe e encaminha as demandas da sociedade, e se eles querem uma reunião para entender o que está acontecendo, precisam de retorno. Só precisamos definir qual será o tipo de reunião que faremos com eles. Precisamos nos organizar para dar as respostas e retorno a sociedade civil, é como responder e em quanto tempo para dar a respostas a eles. O **Sr. Presidente**, propôs responder mediante um documento, cada item e encaminhar tanto para eles quanto para o conselho, e depois chamá-los para uma reunião com o pleno do conselho. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; solicitou informações sobre os 3 itens que o Sr. Valdir solicita informações na solicitação feita ao conselho que foi lida pelo



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS**

Secretário Executivo: 1. Oficialização e reestruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa. 2. Estruturação e mudanças relacionadas ao Museu da Paz e Centro de Educação, Memória, Estudo e Cultura Afro Brasileira. 3. Plano Municipal de Igualdade Racial – Avaliação e continuidade. A conselheira Cintia Cristiane Pereira (**Dandewara**); concorda com o encaminhamento dado pelo **Sr. Presidente** de sintetizar as respostas em um documento validado e conhecido pelo conselho, e apresentar a eles no dia da reunião para evitar manifestações fora do contexto. Caso após a leitura da resposta e debate, não houver acordo ou mais manifestações, marcamos uma nova reunião. A conselheira **Maria Teresa Pedrosa Silva Clerici**; manifestou medo em responder às questões que no entendimento dela é uma questão de vontade e interesses de outras instâncias. Afirmou não se sentir confortável em assinar qualquer documento solicitado. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); concorda com o encaminhamento da conselheira Cintia Cristiane Pereira (**Dandewara**); mas pensa que falta comunicação, por isso a solicitação de informação, precisamos resolver essa questão com urgência, comunicar abertamente os encaminhamentos do conselho a sociedade. Damos retorno e resposta em reunião, não vamos encaminhar nenhum tipo de resposta fora do espaço do conselho, e após lavrar a ata e publicar no Portal da Transparência. A conselheira **Lucimara Ferreira de Sousa**; por conhecê-los entendo o desejo deles de vir para falar, entendendo que o conselho é um espaço de acolhimento, que não é um espaço fechado, precisamos ouvi-los e com muito cuidado. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; disse que não se sente confortável em assinar qualquer documento que não tenha ciência, não saber quais os caminhos e encaminhamentos. A nossa escuta precisa ser ativa. Propõe uma reunião ordinária e chamá-los para participar, aproveito e indico a leitura do livro Direito Administrativo da Maria Zanella Di Prieto, em especial aos agentes públicos na investidura do cargo ou função desenvolvida. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); afirmou não ter solicitado a construção de um documento que seria assinado pelo conselho, na verdade, precisamos colher essas 3 (três) informações nas Secretarias onde essas políticas estão sendo desenvolvidas, a Executiva sintetiza um relatório que será apresentado e colocado em debate junto ao pleno com a presença das pessoas (convidadas) que solicitaram as informações. Após lavra-se a ata, e caso seja necessário mais encaminhamentos acolhemos. O **Secretário Executivo** encaminha o seguinte: buscamos as informações, socializamos entre nós, depois convidamos o Sr. Valdir e demais que tenham interesse. **Houve acordo.** O **Sr. Presidente** perguntou a conselheira **Lucimara Ferreira de Sousa**, advogada, se o conselho pode negar realizar da reunião extraordinária conforme a solicitação; a resposta foi sim, podemos não realizar a reunião, mas não podemos deixar de respondê-los, prerrogativa de chamar ou não uma reunião extraordinária é do conselho. O conselheiro **Sérgio Max Almeida Prado**; informou ao **Sr. Presidente** que a própria Ata da reunião relatando as informações já é uma resposta ao Ministério Público caso tenha alguma reclamação. O **Secretário Executivo** leu o próximo ponto de pauta que tratava da substituição e eleição de uma pessoa membra do conselho para ocupar a função em vacância de segunda(o) secretária(o) em função da solicitação de desligamento da conselheira **Tereza Raimundo (UNEGRO)**, informou ainda que precisamos dar uma resposta ao Ailton Pereira Junior e ao Adriano Bueno da Silva que solicitaram informações sobre quais as providências que o Conselho tomou em



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS**

relação às imagens veiculadas pela CIMCAMP em campanha sobre o combate à violência no município de Campinas, usando somente imagens de pessoas negras, as imagens veiculadas reforçam os estereótipos que associam negritude a criminalidade. Informou que o **Sr. Presidente**, solicitou uma reunião com a Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial e o Departamento de Direitos Humanos da PMC para tratativas e providências. Destacou que o Ministério Público agiu rápido, que as imagens foram retiradas de todos os meios de comunicação, que as providências foram tomadas, que o **CR** está acompanhando, e que um TAC havia sido anunciado no dia 30 de agosto de 2023, onde os servidores da Secretaria de Comunicação da PMC passarão por um curso presencial sobre discriminação racial entre outros temas como identidade nacional; preconceito, discriminação e racismo; história da cultura africana e afro-brasileira. Foi feita a leitura da resposta construída pela Executiva do CDPCNC aos questionamentos do Ailton Pereira Junior e ao Adriano Bueno da Silva, ao pleno. **Não houve acordo**. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); entendeu que a pergunta foi feita ao conselho, mas gostaria de entender quais foram as tratativas e providências da CSPIR em relação aos fatos. O conselheiro **Sérgio Max Almeida Prado**; disse que as informações solicitadas foram encaminhadas tanto para o **Conselho** quanto para a CSPIR. Assim que chegou, foi feito um **SEI** encaminhado para o gabinete da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos para providências junto a Secretaria de Comunicação da PMC. E solicitei uma reunião com urgência conforme a solicitação do **Sr. Presidente** do CDPCNC, que infelizmente não compareceu. A CSPIR foi chamada para uma reunião junto ao **MP** através do **CR**. Informou que todos os casos e as ações de prevenção ou combate ao racismo e discriminação religiosa são realizadas pelo **CR** que está debaixo da estrutura administrativa da CSPIR, que aguarda uma resposta institucional. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; gostaria de entender por que eles estão cobrando? Eles não tinham transparência de todo o processo? Porque se eles cobram informações, é porque não houve devolutiva. Estão me cobrando sobre um assunto que não tenho conhecimento, **me faça o favor!** O **Secretário Executivo**, informa que eles participaram de toda estrutura, construção e instrução do processo. O conselheiro **Sérgio Max Almeida Prado**; informa que são dois documentos encaminhados, uma para o conselho e um outro para a CSPIR. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); questiona a falta de interesse da CSPIR, diante da estrutura que temos, acontece um ato racista praticado pela administração pública e só foi feito a marcação de uma reunião? É muito pouco. Na estrutura da coordenadoria o **CR** faz parte? Porque para todo mundo do movimento negro o Centro de Referência é uma coisa e a CSPIR é outra. Então pelo fato do **CR** estar ligado a CSPIR, por isso a coordenadoria faz alguma coisa. Sendo sincero, a Jacqueline nunca se coloca como sendo da CSPIR, e a Secretaria de Assistência também não fala isso para ninguém, me desculpa tem algo muito errado. A CSPIR recebe verba pública, pessoas recebem salários para executarem serviços, há uma instrução federal de como ela deve operar, não dá para vocês solicitarem apenas uma reunião. O conselho não tem que fazer o papel da CSPIR é isso que me incomoda. Com o histórico racista que a cidade tem, o papel da Coordenadoria precisa ser mais ativa. **Max**, você me diz que quando houve a reunião do **Hip Hop** em relação à fala da Secretária de Cultura que é minha amiga que o **CR** acompanhou era a **CEPIR**



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS**

participando? Se sim, é pior ainda, porque a pessoa que está abaixo de você nunca se coloca como representante da coordenadoria. Esta tudo muito errado, você e o **Marcelo** recebem salários para fazer, onde já se viu uma reunião não acontecer porque o conselho não participou. O conselheiro **Sérgio Max Almeida Prado**; informa que há um protocolo que passa pelo **CR** que está ligado a Coordenadoria, é importante entender que quem acolhe e acompanha todas as demandas de prevenção, combate ao racismo e discriminação religiosa são os profissionais do **CR** que faz parte da estrutura da CSPIR que é faz parte da estrutura administrativa do Departamento de Direitos Humanos. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; pediu para não atribuir ao Conselho responsabilidades que são da CSPIR. Que participou de uma reunião com religiosos que reclamam a falta de retorno dos encaminhamentos a CSPIR, e que em momento algum o Airton Junior que estava neste encontro o procurou para falar sobre o caso ou documento encaminhado. Diante de tudo o **Terreiro da Vó Benedita do Congo** não assinará nenhum documento de resposta. As coisas estão desconexas, não há um acompanhamento da CSPIR, e outra coisa, o acompanhamento da Escuta Ativa presencial no MP deveria ser feita por vocês, e cobrei esse retorno da procuradora do estado. Em conversas com um grupo de negros antigos na antiga Orli, me questionaram e fizeram apontamentos preocupantes. Entendo que as atribuições são do órgão (CSPIR) que ganham salários para realizarem ações, por isso reforço a minha indignação e recomendo novamente a leitura do livro "Direito Administrativo" da Maria Zanella Di Prieto. O **Secretário Executivo**, reforça que o conselho foi provocado a dar uma resposta sobre as imagens veiculadas. Que a Escuta Ativa, foi articulada e convocada pelo **Ministério Público de São Paulo** para ouvir as entidades de sociedade civil e não o poder público que espera o resultado e os encaminhamentos desta escuta. O detalhe deste chamamento é que o dever de dar a devolutiva é de quem os convidou, no caso o **MP**. Saliou ainda que o **MP** é uma instituição que tem como função definida pela Constituição Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. E a coordenadoria PIR é responsável pela articulação e implementação de políticas públicas no município, além de interagir com os instrumentos públicos PIR ou não para executarem ações de enfrentamento ao racismo. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; novamente reafirmou que equiparo a todos, **nazitas entrem numa escola e matar**, é isso que quero responsabilizá-los...nazita entrar numa escola e matar, foi isso que foi encaminhado ao MP, pergunto a vocês, acompanharam como órgão público junto ao promotor? Porque todo mundo aqui trabalha, agora se eu for ganhar para fazer isso, aceito. Aliás...Carlão (**José Carlos Bernardi do Gabinete do Prefeito**), fala para o Darião (Prefeito) se ele não arruma um cargo comissionado para mim acompanhar... a demanda é seríssima, e isso da câmara e muito mais sério, estou falando de atribuições, acompanhar os processos e as demandas, quem deve acompanhar é o órgão público, nós aqui provocamos e vocês encaminham. Então quando provocado o MP não houve uma posição de vocês (CSPIR), é por isso que o Airton questiona esse rito, foi o que fiz com a procuradora do estado. Não era para eu fazer esses questionamentos, cadê os dados dos racismos nas escolas? Será que tem na PMC a distinção entre racismo e bullying? Faça me o favor, **RACISMO NÃO É BULLYING**, e mais uma vez provoco a leitura do livro Direito Administrativo da Maria



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS

Zanella Di Prieto, excelente professora da USP para vocês entenderem a funcionalidade do órgão. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); primeiro faço uma fala, depois uma solicitação que não é uma proposta que não for acatada aqui, saibam que eu vou fazer. Quando o Max falou, procurei no site da PMC a estrutura da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, dentro tem o Departamento de Direitos Humanos tendo como diretora a Sra. Marnem Viccari Barbosa, certo? Na hierarquia tem as seguintes áreas: Centro de Referência LGBT, Serviço de Referência ao Imigrante, Refugiado e Apátrida, Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação Religiosa Coordenadoria de Políticas para as Mulheres Centro de Referência e Apoio à Mulher – (CEAMO) Coordenadoria de Políticas de Prevenção ao Uso de Drogas Coordenadoria de Políticas para a Juventude Programa Mão Amiga. Diante desta classificação a Coordenadoria não tem como função coordenar as ações do CR conforme foi informado, por isso sigo esse questionamento. Está errado as ações que a CSPIR fez em relação à solicitação que o Airton Pereira Junior e ao Adriano Bueno da Silva fizeram, sabe por quê? Porque vocês não precisam ser provocados por ninguém para tomar ações como essas, órgão PIR é o mesmo direcionamento que é nacional. É como a escola pública, que tem ordenamento nacional. Eu estava juntamente com essas pessoas que foram citadas aqui em 1999 discutindo sobre a implantação do órgão PIR, e vocês colhem os frutos destas lutas, recebem salários em nome do órgão PIR porque essas pessoas lutaram e deram a vida para isso acontecer, vocês (Max e Marcelo) como órgão PIR chamam uma reunião num fato tão importante e porque foram provocados por duas pessoas da sociedade civil? Por favor! Isso é um desrespeito absurdo, não posso admitir isso. Falo isso a vocês porque vocês são órgãos PIR e não são o CR, são separados. Foi questionado pelo desrespeito na fala por mencionar nomes, pelo **Secretário Executivo**. Disse que não vai parar de falar, que não está desrespeitando ninguém, que não tem controle de tempo, que não era para começar a palhada de se controlar tempo agora. Foi lembrando que no início da reunião quem propôs tempo foi o mesmo. Continuou falando, dizendo que se não for encaminhado no pleno a solicitação das ações da Coordenadoria Setorial de Promoção da Igualdade Racial em 2022/2023, encaminho pela mesma via que eles fizeram, porque não dá para o órgão PIR agir em função e a reboque do conselho da comunidade negra, o órgão PIR tem vida própria, tem uma estrutura, olha isso aqui, a estrutura lá da Glicério, quantas pessoas é uma mega estrutura. A minha provocação foi feita, quero que seja encaminhada a solicitação das atividades e ações feitas pela coordenadoria. O conselheiro **Sérgio Max Almeida Prado**; afirmou que nunca desrespeitou os mencionados e que se coloca sempre a disposição para recebê-los quando solicitado, que os relatórios estão a disposição. Informou que o **CR e IMIGRANTES** que são programas que existem na estrutura da Secretaria, é operacionalizado pelo Departamento de Direitos Humanos através da CSPIR, há uma tramitação para a reestruturação da Secretaria e dos serviços. O **Secretário Executivo**, disse que dentro da estrutura administrativa da CSPIR estão os programas CR e IMIGRANTES. Que a devolutiva cobrada é para o CDPCNC se posicionar e não a CSPIR. Seguimos um protocolo estabelecido no município. A nacional não age no município, é por isso que temos os órgãos estaduais e municipais. O Sistema nacional não interfere, só



**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINA**

dão a linha de ação. Seguimos um protocolo. O Sr. Presidente propôs encaminhar informações sobre o organograma ou o fluxo da coordenadoria. O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); discordou da proposta, uma vez que entende que a apresentação do organograma de qualquer órgão público é de responsabilidade do próprio órgão público. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; voltou a falar que quem foi cobrado é o órgão público, falta a transparência e isso é crime, mais uma vez provocou a leitura do livro Direito Administrativo da Maria Zanella Di Prieto. O órgão público foi provocado, é tudo muito nebuloso, o papo não foi bacana. O **Secretário Executivo**, disse que o conselho recebeu uma solicitação feita pelo Airton Junior via e-mail institucional do conselho. São duas solicitações: Qual a providência que o Conselho tomou, e em outro qual a providência que a CSPIR tomou. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; perguntou se a resposta foi do conselho? Porque eu não fui informado. A **Vice-Presidenta**; disse que todas às vezes que recebemos uma solicitação de informações, deliberamos na Executiva, e depois apresentamos para o pleno, após a aprovação do pleno, encaminhamos para os solicitantes. A conselheira **Maria Teresa Pedrosa Silva Clerici**; propôs que a resposta seja redigida com o aval das pessoas advogadas membras do conselho, com isso me sentirei mais segura com as respostas. O conselheiro **Andre Luiz Carvalho de Camargo**; agradeceu a proposta encaminhada, e encaminhou que todas às vezes que houver uma devolutiva que a prática seja encaminhar para a chancela do jurídico. A **Vice-Presidenta**; respondeu que a Executiva recebe o e-mail, delibera em uma reunião, uma resposta, e hoje estamos apresentando no pleno para referendar e encaminhar ao solicitante. Perguntou se poderia encaminhar? O conselheiro Daniel Luis Alves (**Ciro**); solicitou que seja compartilhada no grupo de WhatsApp e nos e-mails das pessoas membras do CDPCNC, é importante que os doutores e doutoras chancela esses documentos. O **Secretário Executivo**; disse que todas as respostas que são com viés jurídico são submetidas ao conselheiro **Tagino Alves**, que é advogado. A **Vice-Presidenta**, encaminhou que a substituição e eleição de uma pessoa membra do conselho para ocupar a função em vacância de segunda(o) secretária(o) aconteça na próxima reunião, uma vez que o esvaziamento da plenária era um fato devido o avançar da hora. A conselheira **Fabiana Ap. Brito Ernane**; cobrou celeridade ao debater os temas, que se faz necessário tomar cuidado com o tempo. Que não podemos gastar tanto tempo para demandar e entender uma pauta simples, se encaminha ou não uma resposta. Tempo é precioso, por isso precisamos tomar cuidado com o horário de início e de término. Não faz sentido continuar com as pautas. A **Vice-Presidenta**, reconhece que precisamos tomar cuidado com o tempo, que podemos demandar e deliberar no grupo de WhatsApp a questão do interesse em ocupar uma função na executiva como segunda(o) secretária(o) que podemos deliberar no grupo tanto a escolha, quanto o caso da resposta. Nada mais havendo a tratar, a Sr. presidente **Moacyr Barra Grande Filho**, agradeceu a todas e todos desejando uma boa noite! E deu-se por encerrada a reunião que eu, **Marcelo de Rezende Bento**, secretário executivo, lavrei a presente a ata.

Campinas, 31 de agosto de 2023.


Moacyr Barra Grande Filho
Presidente do CDPCNC
Biênio 2022/2024


Marcelo de Rezende Bento
Secretário Executivo
Biênio 2022/2024